



Foto: Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

O IMPASSE ENTRE LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO DURANTE AS COMEMORAÇÕES DOS 35 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

A última semana foi marcada por uma série de comemorações em virtude dos 35 anos da Constituição Federal.

As comemorações tomaram conta das agendas políticas ao longo da semana, especialmente devido à realização, na quinta-feira, de uma Sessão Solene, no Congresso Nacional. Esta Sessão contou com a presença de representantes de todos os Poderes, incluindo o Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional; o Deputado Arthur Lira (PP/AL), Presidente da Câmara dos deputados; o Ministro Luís Roberto Barroso, Presidente do STF; Ministro Alexandre de Moraes, Presidente do TSE; e o Vice-Presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), em exercício do comando do Poder Executivo, em virtude da recuperação do Presidente Lula (PT).

O Supremo Tribunal Federal também promoveu um evento em homenagem ao aniversário da carta magna, que contou com a presença dos demais Ministros do colegiado.

No dia anterior, quarta-feira, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, de forma expressa, a PEC 8/2021, que veda a concessão de decisão monocrática que suspenda a eficácia de lei ou ato normativo com efeito geral ou que suspenda ato dos presidentes da República, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados ou do Congresso Nacional. O projeto foi aprovado em meio a críticas de diversos Senadores ao Supremo Tribunal Federal, em razão da suposta invasão pela Corte de competências do Poder Legislativo.

Apesar da tramitação, durante a Sessão Solene, as manifestações do Presidente do STF, Ministro Luís Roberto Barroso, e do Presidente do Congresso Nacional, Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), foram em tom de pacificação e em defesa da independência dos respectivos Poderes.



"Nada obstante, é imperativo que o tribunal aja com autocontenção e em diálogo com os outros Poderes e a sociedade, como sempre procuramos fazer e pretendo intensificar. Numa democracia não há Poderes hegemônicos. Garantindo a independência de cada um, convivermos em harmonia, parceiros institucionais pelo bem do Brasil"

Luís Roberto Barroso,
Presidente do STF



"A Constituição valorizou e deu contornos nítidos às instituições brasileiras, disciplinando o exercício do poder. Incrementando as competências federativas, valorizando a autonomia de Estados e Municípios. Criou instâncias de fiscalização e controle e reforçou as já existentes, como o Ministério Público. Deu novo papel à argumentação jurídica, expandindo o acesso ao Poder Judiciário para proteção dos direitos fundamentais. Definiu e fortaleceu o papel das Forças Armadas, não como árbitro político, mas sim como braço relevante na defesa do Estado Democrático de Direito, entre muitas outras medidas, todas elas fundamentais para que nunca de novo o autoritarismo político volte a governar o Brasil, para que nunca de novo deixemos os campos das democracias"

Rodrigo Pacheco,
Presidente do Senado Federal

GOVERNO SE EMPENHA PARA AUMENTAR A ARRECADAÇÃO

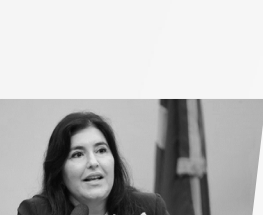
Após uma semana na Câmara dos Deputados marcada pela obstrução da oposição, existe a perspectiva de que, na próxima semana, as sessões sejam remotas e os trabalhos ocorram com menor intensidade em razão do feriado.

Assim, a projeção é que a partir da semana que se inicia em 16/10, sejam votados projetos importantes para o Governo no campo econômico. Isso ocorre no momento em que o Poder Executivo busca medidas que aumentem a receita. No Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO 2024) enviado ao Congresso, há a previsão de meta fiscal de déficit zero das contas públicas. Em contrapartida, o relator da proposta na Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Danilo Forte (UNIÃO/CE), já expressou seu entendimento de que a meta de arrecadação é ambiciosa e há grande risco de não ser alcançada.

Entre os projetos de maior interesse do Governo Federal, destaca-se o PL 4173/2023, que dispõe sobre a tributação de ativos pertencentes a brasileiros no exterior, que, segundo o Ministério da Fazenda, somam R\$ 1 trilhão, com potencial de arrecadação de R\$ 20 bilhões entre 2024 e 2026. A regra prevê a cobrança da alíquota de 15% de Imposto de Renda para pessoas físicas para rendas de R\$ 6 a R\$ 50 mil e 22,5% para rendas superiores a R\$ 50 mil.

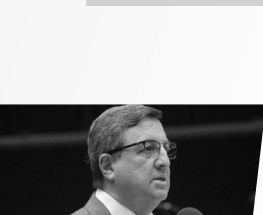
Anteriormente, o Governo editou uma Medida Provisória com o mesmo objetivo, entretanto, após negociação com as lideranças no Congresso Nacional, retirou-se a parte do texto original para apresentá-la separadamente em forma do Projeto de Lei.

O Poder Executivo requereu Urgência Constitucional. Assim, caso não seja apreciado após 45 dias, a pauta do Plenário é sobrestada, ou seja, nenhum outro projeto poderia ser votado, com exceção de Projetos de Lei Complementares e Propostas de Emendas Constitucionais.



"Recebi receitas suficientes para zerar o déficit fiscal, sejam já realizadas, sejam despesas que estão por vir. O futuro a Deus pertence, nós não sabemos diante do imponderável, mas terá que ser algo imponderável [para rever a meta]. Claro que variáveis são sempre colocadas à mesa, mas não estamos rediscutindo meta fiscal neste momento."

Simone Tebet,
Ministra do Planejamento



"É difícil compatibilizar tanta despesa, inclusive as recentes criadas, à pressão dos entes federados sobre o orçamento nacional, e ao mesmo tempo uma diminuição das receitas em função do momento econômico que nós estamos vivendo"

Danilo Forte,
Relator do PLDO

DEFENSORIA PÚBLICA DO DF REALIZA EVENTO EM HOMENAGEM AO OUTUBRO ROSA

Nesta segunda-feira, dia 2, a Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), juntamente com outros órgãos do governo, realizou a sexta edição do Dia da Mulher como forma de homenagem ao Outubro Rosa. O Dia da Mulher é uma ação social realizada mensalmente pela DPDF e destinada ao público feminino. No total, foram atendidas 780 mulheres, que tiveram acesso a exames, atendimentos médicos e orientação jurídica. Além disso, o evento também teve como objetivo incentivar a prevenção e o diagnóstico do câncer de mama.

Material produzido por